

IMAGINÁRIO REGIONAL SACRO-PROFANO: Estratégias Diocesanas na Interiorização do Turismo no Estado do Ceará

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro ^{1(*)}

1 - Universidade Federal do Ceará | () Brazil*

cdmo49@yahoo.com.br

Resumen:

As transformações regionais contemporâneas, motivadas pelo crescimento do Turismo Litorâneo, marcaram as duas últimas décadas de desenvolvimento do Estado do Ceará. Impactos socioambientais dos mais diversos trazem à tona a representatividade política e econômica desse direcionamento geográfico para a exploração do turismo de “Sol e Praia”. Algumas reflexões críticas no que diz respeito à valorização dos bens simbólicos litorâneos e especulação imobiliária, apontam para a necessidade de redirecionamento, planejado e participativo das localidades ofertadas à integração de novos roteiros turísticos. As ações advindas de organizações não governamentais propondo uma outra ordem de inclusão do/no turismo – na perspectiva do Turismo Solidário, Comunitário ou Alternativo - avançam de forma tímida e pontual, não sendo capazes de alterar a dinâmica desse imaginário de ocupação concentradora e consumo dos lugares. Em contraste com essa tendência predominante, verificamos no Ceará, a expansão de ações eclesiais favoráveis ao processo de interiorização turística. Trata-se do incremento de núcleos devocionais diversos, conhecidos por Santuários Tradicionais, e instrumentalizados para captanear a ação pastoral das igrejas regionais: as dioceses episcopais. O trabalho aqui proposto visa caracterizar a composição organizacional das 9 dioceses do estados, em sua identificação regional por intermédio de eventos integradores: festas de padroeiros, seminários episcopais, campanhas comunitárias específicas, entre outros. Mas a discussão teórico-metodológica que alicerça a primeira etapa do projeto em curso e sustenta uma reflexão mais regionalizada a partir da Diocese de Tianguá (Noroeste do Estado do Ceará), corresponde ao desenvolvimento de uma política eclesial de Interiorização do Turismo. Política essa reconhecida como estratégias de convergência entre práticas turísticas (peregrinas) e práticas educativas (reconhecidas por iniciativas pastorais). A metodologia do estudo compôs reflexivamente uma série de apontamentos que demarcam a interiorização territorial das iniciativas comunitárias e educativa como um vetor de desenvolvimento mais sólido e culturalmente mais sustentável que os volumosos investimentos direcionados à exploração litorânea do estado. Na primeira parte, fizemos uma discussão sobre as bases territoriais que põem em cheque o pacto federativo. Abrimos caminho assim para o entendimento de como a “base local” solidifica o primeiro polar estratégico da interiorização do turismo. Já na segunda metade do texto, a reflexão embasa o papel cultural da hibridação como pano de fundo para leitura da política cultural pública – que rejeita os processos de alteridentidade em nome de uma identidade artificial e ineficaz. Enquanto a Igreja, subsidiada pelos mecanismos histórico-globalizados de expansão, inverte esse processo e acolhe uma promoção alteridentitária que denominamos por eculturismo. O resultado do trabalho tem apontado para um paradoxal desafio regional: o imaginário sacro-profano de valorização regional, não trabalha diretamente com uma política cultural do turismo; mas obtém efeitos na ação educativa regionalizada sem o qual um turismo para emancipação social não consegue enraizar-se. O texto é encerrado com um panorama sobre a representação de santuários populares e oficiais nas nove dioceses em destaque, optando por raciocinar mais diretamente com a já mencionada Diocese de Tianguá, abrindo espaço para discussão de um terceiro pilar de compreensão das estratégias de interiorização: o catolicismo mariano. Deixamos, esse item, entretanto, para um próximo trabalho acadêmico.

Introdução

Pensar a construção de um imaginário regional a partir dos valores culturais híbridos, sagrados e profanos, é por si só um desafio arriscado. A realidade regional, do nordeste brasileiro, conforma uma identidade sertaneja, dependente e limitada pelos 50 anos de modernização e desenvolvimento conservador. É sobre essa conformação

pública de políticas amarradas com a manutenção de estruturas coloniais (agro-exportadoras, hierarquizadas e rurais) que a Igreja Católica contemporânea dinamizou espaços de atuação e interlocução com os ventos da modernidade territorial. Não o fez superando suas próprias contradições, muitas vezes potencializadas em mecanismos de reforço a subordinação alienante de desvalorização da ética e do espírito público. Mas permitiu em suas entranhas – institucionais (ordens, colégios e equipamentos administrativos) ou populares – a expansão de uma imagem sertaneja mais diversificada e promissora. Nessa perspectiva, os espaços de referência das práticas devocionais (penitência, romarias e festas religiosas), conhecidos como **Santuários Tradicionais**, tornaram-se vetores de irradiação de um novo imaginário regional. A força evangelizadora e multicultural dessas localidades assumiu, no decorrer do século XX, (principalmente diante das resoluções popularizadoras do Concílio do Vaticano II – 1959-1965) um papel estratégico: reconhecer, na mobilidade territorial “povo de deus” uma mística tão ou mais forte do que a sua vivência comunitária.

Regis Debray indagando os motivos e as motivações para a construção religiosa da humanidade que teria fomentado o progressivo reconhecimento existencial de um “deus único”, conduz uma brilhante teoria social da produção dessa mística. Diz o sociólogo francês que o itinerário de evolução e fortalecimento celestial do deus judaico-cristão-islâmico (ou suas variações atuais) passa necessariamente por duas revoluções: a das comunicações e dos transportes. É o deslocamento de idéias e valores (matérias ou simbólicos) que fundam o modelo hegemônico de religiosidade unificada pela divindade maior (DEBRAY, 2004). Nesta formulação, o que pareceria incongruente numa época de forte racionalidade científica e técnica, ganha sugestiva instrumentalização pastoral por intermédio das mídias, da publicidade e do turismo.

Exatamente pelo reconhecimento dessa instrumentalização turística, capacitando o rearranjo de tradicionais centros de peregrinação (Juazeiro do Norte e Canindé, como os mais concorridos) e de novas instalações especialmente construídas para esse fim (Quixadá, Caucaia e São Benedito), no território estadual, que este trabalho busca compor dois eixos de embasamento teórico, aqui reconhecidos como “pilares básicos” da modernização sobre um imaginário regional. De lado, trazemos a reflexão sobre o “a base local”, em sua força de **Interiorização do Turismo**, como o primeiro pilar no qual a Igreja diocesana opera. O que embasa a transformação sutil, porém progressiva dos movimentos messiânicos, romarias e festividades, em atrativos culturais do turismo religioso. De outro, trabalhamos a perspectiva cultural da hibridação sacro-profano no

âmbito educativo, também como fator de interiorização. Afinal, a evangelização de todos os povos, como “convidados” à mensagem vivenciada do cristianismo sempre dependeu de uma pedagogia da acessibilidade, cuja modelagem escolar contemporânea aproxima os modelos de visita escolar das práticas pastorais; ambas centradas no *ver, julgar e agir*.

Embora não tenhamos conseguido nesse trabalho ordenar a demonstração mais completa do funcionamento desses pilares na Diocese de Tianguá (a que mais investigamos até aqui), o trabalho já solidifica um roteiro metodológico que permita compreender a interiorização do turismo à serviço do imaginário sacro-profano. Verificaremos adiante como as políticas e as *contra*-políticas do pensar o desenvolvimento turístico regional fez ativar um modelo de regionalização subordinante e subordinado aos interesses locais (primeiro pilar). E na seqüência, de que maneira tornou-se possível absorver a dimensão educativa do turismo, sem nomeá-lo explicitamente; mas fomentando, por hibridismo cultural, sua prática de visitação.

Desafios territoriais e federativos para compor o regional

A gestão do turismo, no Brasil, substancia uma recusa deliberada de sua condição de política pública. Tal gestão compõe o grupo de atividades consideradas “importantes” que nunca podem ser tomadas como *prioridade*. Pela simples razão de se considerar estratégico, nas escalas regionais e locais, apenas o que se traduz como autonomia; e nunca o que fortalece o intercâmbio. Enfrentar a ingenuidade dessa visão é o foco principal desse estudo. É possível interiorizar o turismo brasileiro diante dessa pulverização ilimitada de municípios? Há consideráveis razões para iniciar essa discussão pela fragilidade sócio-territorial das municipalidades. A primeira delas corresponde à transformação do discurso, a respeito do desenvolvimento local, em fortalecimento de um processo de regionalização mais descentralizada. Algo que no Brasil sirva para operar uma diferença entre ações da Federação e da União.

A pauta social de desenvolvimento dos municípios brasileiros encontra-se travada por processos cada vez mais impraticáveis, posto que subordinados a um movimento de captação direta dos recursos da União, ignorando os interesses federativos. Mesmo assim, os legislativos de cada unidade da Federação, bem como o próprio Congresso Nacional, vêem-se recheados de projetos de leis defensores da frenética bandeira da autonomia de distritos em novos municípios. Uma observação dos orçamentos das prefeituras em questão demonstra a defasagem das propostas para uma

avaliação do impacto dessa emancipação. Até onde nenhuma calamidade territorial relevante amplia o rombo da dívida pública local, constata-se a insuficiência de mecanismos técnicos e financeiros para o encaminhamento dos projetos. Prova maior disso está no progressivo aumento do percentual de municípios que refinanciaram suas dívidas, nos últimos 20 anos de vigência da nova carta constitucional. E essa máxima não se restringe às localidades com menor arrecadação tributária ou reduzida urbanização. As limitações orçamentárias fixam uma espécie de padrão organizacional da municipalidade brasileira, traduzindo, nas cinco regiões do país, a mais evidente falácia da descentralização administrativa do território: aquela situação explosiva da política de emancipações que só faz esconder a lógica das dependências.

Pode-se considerar a intensidade dramática desse processo quando o quadro de referência são os municípios dos nove estados do Nordeste. Em geral os processos de emancipação surgem atrelados a uma expectativa vaga e ingênua de aproximação política entre os centros de decisão (entendidos como “poderes locais do Estado”) e a comunidade envolvida (que se torna alvo fácil desse jogo). No Ceará, por exemplo, em um território composto por 184 municípios, a Assembléia Legislativa do estado registra no ano de 2007, 52 projetos de formação de novos municípios. Pouco, se considerarmos a legitimidade iluminista do direito a “autodeterminação” dos povos, na escala local. Muito, ou melhor, uma exorbitância representativa das fragilidades federativas, se a idéia de autodeterminação for atrelada a um contexto indiscutível de interdependência. A crítica que se faz ao custo burocrático da instalação de novos municípios nunca foi suficiente para frear o desejo emancipatório das lideranças políticas. Talvez por que essa mesma crítica não perceba a trama de correlações (formais e informais) entre burocracia e mercantilismo.

Em contraposição à legitimidade desses projetos, fenômenos sazonais e fatos políticos correlatos delimitam a subserviência local. De um lado pode-se indagar por que razão a quase totalidade, desses 184 municípios, em outubro de 2007, em estado de emergência por ocasião do prolongado período de estiagem, ainda usavam sua “autodeterminação” para barganhar migalhas do governo federal. E, por extensão, por que 31 desses mesmos municípios, abril de 2008, voltavam à mesa de negociações para solicitar auxílio por 240.000 desabrigados no estado, vítimas das inundações da quadra chuvosa no “inverno” nordestino! O balanço final desse processo de “auxílio federativo” corresponde à reedição dos mecanismos de dependência regional. Os

mesmo que põem em cheque tanto as grandes estratégias de desenvolvimento territorial quanto a viabilidades das políticas públicas locais.

Entre as políticas que demarcam as estratégias de flexibilização dos investimentos da União, nos diversos estados brasileiros, destaca-se a reordenação do Plano Nacional de Turismo (PNT) e do Programas de Regionalização *Roteiros do Brasil*, escala intermunicipal. A compreensão de que as lacunas do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo – 1996-2002), do governo anterior, só poderiam ser superadas em função das parcerias regionais, passou a comandar o rumo dos investimentos (financiamentos, apoio técnico, etc.). Essa perspectiva ampliou a evidência de mais uma desarticulação entre as políticas territoriais do país. Se o fortalecimento do turismo interno requer a interdependência das localidades por que inexistem, nos legislativos estaduais, projetos institucionais de fusão municipal? Mesmo a consolidação das micro-regiões administrativas, facilitadoras em tese das parcerias locais, em nada promovem esse processo. Mas por que razão?

O objetivo de colocar em debate a frágil política de desmembramento territorial dos municípios brasileiros encontra respaldo em um aparente discurso centralizador. As lideranças locais (leia-se “familiares”) reinventam o protesto contra o governo federal, estadual, ou mesmo contra o empresariado: *o poder dominante só está interessado em barrar o nosso desenvolvimento natural; lutemos pela autonomia do lugar!* Entre, 1989 (primeiro ano de vigência da atual constituição) e o início da década de 2000¹ 1450 município foram implantados no país, aumentando para 5560 o número total de unidades territoriais entre os 26 estados da federação. Fora as capitais e as cerca de 500 cidades com mais de 40 mil habitantes, a grande maioria desses novos territórios cuidou apenas de engordar a imensa fila das prefeituras, cuja “autonomia” é exercida pelo poder de pedir verbas aos governos centrais (sejam estadual ou federal).

Partindo da impossibilidade do planejamento turístico (per si) servir como vetor para o desenvolvimento local, a idéia deste ensaio é reunir uma série reflexões que reivindicuem e articulem um outro padrão de condução das políticas públicas territoriais. Um padrão de incentivo direto ao exercício permanente de intercâmbios coletivos, envolvendo instituições (governamentais, mercantis e comunitárias) na construção de uma base *não-turística*, decisiva e indispensável ao planejamento

¹ Em 2001, o Congresso Nacional retira das Assembléias Legislativas a prerrogativa de votar como última instância emancipação de novos municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal transforma-se no maior instrumento de inibição dessa processo de fragmentação do território.

turístico. A mesma base a qual não nos referimos jamais ao encher a boca para falar do êxito francês ou australiano no receptivo turístico. Mas que por capacidade de ler nas entrelinhas sabemos tratar-se se da verdadeira sustentação desse êxito: desenvolvimento metropolitano (urbano e industrial) interiorizado.

Em outras palavras o que se quer é argumentar que o fortalecimento da qualidade dos serviços públicos e da eficiência dos sistemas técnicos, nas áreas urbanas e rurais, *estimula mais* a dinâmica cultural e econômica do turismo – e conseqüentemente, desenvolvimento local – do que a aplicação de volumosos investimentos no próprio setor. Assim, seguindo os postulados de um pensamento complexo a respeito dos desafios das Políticas Públicas de Turismo, em sua *incompatibilidade* com outras políticas sociais, far-se-á aqui uma série de proposições sustentando o planejamento turístico-territorial como um processo de **inversão estratégica de prioridades**. Trata-se de uma aposta na produção de Políticas Públicas **com Turismo** (e não de Turismo), fundamentando-a na frágil problemática federativa. Nesse processo, a garantia do desenvolvimento local regional do território passa necessariamente pela valorização social dos espaços não-turísticos. A *dês-fragmentação* das localidades em políticas inter-regionais ascendentes (do local para o nacional e não o contrário utilizado costumeiramente) é condição *sine qua non* para a disseminação dessa estratégia.

As localidades interioranas e a “Invasão do Turismo”

A visão de que grande parte dos litorais brasileiros e seus “quase infinitos” sertões são formados de distantes cidades-povoados, marcadas pela simplicidade bucólica faz-se ostensiva nas representações artísticas e acadêmicas. É uma visão solidificada pelo histórico papel da conquista colonial e, paradoxalmente, pela manutenção do equilíbrio com a dadivosa natureza tropical de entorno. Só as grandes cidades – particulares exceções regionais de suas funções capitais – quebrariam esse bucolismo. Seja por modernizações importadas do estrangeiro seletivo (Estados Unidos, Europa Ocidental e alguns poucos países asiáticos); seja pela desequilibrada necessidade de agigantar os limites de uma natureza tropical. Em suma, a urbanidade brasileira comporta uma *cidadania* e um *regime paisagístico* de exceção. O grande país agro-exportador da América do Sul foi demarcado na lógica da fazenda, do latifúndio relativamente produtivo. E nas fazendas, cidades, quando existem, precisam pedir licença aos donos para continuar persistindo!

A turistificação dos lugares pode, numa insubordinação generalizada à lógica territorial, representar *um atentado* ou *uma revelação* diante dessa trama. Atentado quando entra em choque com a perspectiva de desenvolver mantendo as estruturas de poder local / regional. E revelação, mediante ao fato de que esse desenvolvimento conservado, amiúde, não é sustentável. A necessidade de manter os limites hegemônicos de uma cidadania local (forjada na retórica da autonomia da comunidade) facilitou o processo de abertura política e fechamento econômico, das últimas décadas. Determinando assim um papel mais seguro aos investimentos turístico em escala nacional. No período em que muitos estudiosos ponderavam a eminência de uma primeira Política Pública consistente para o turismo, no Brasil², pode-se observar a manutenção de uma perversa reprodução histórica. A égide do processo segue a tônica centralizadora e atinge as localidades em uma competição intrinsecamente desigual. Alguns lugares de alguns estados são interessantes para a Política de Turismo, merecendo a atenção maior ou menor do Estado. É o caso dos 1400 municípios “incluídos” até 2002, no Programa de Municipalização. Ou mesmo das 219 regiões-roteiro previstas pelo atual Programa de Regionalização do governo federal.

O Estado do Ceará, como um pólo estadual privilegiado das experiências emergentes de política pública no setor, permanece em 2008 reconhecendo efetividades turísticas em cerca de 15% de seus 184 municípios. Isso significa dizer – e confirmar aos gestores públicos, empresários e comunidades locais – que a Política de Turismo em mais de 150 municípios do estado é uma “política do estrangeiro”. Simplesmente, não nos pertence! É fundamental observar que o processo de turistificação territorial do país, nestas vias estabelece um verdadeiro *apartheid*, no interior dos planos de desenvolvimento regional. Enquanto segurança pública, saúde, habitação, educação, comércio e serviços, e meio ambiente, forjam questões de interesse comum a todos os governos municipais e estaduais, a Política de Turismo se dá ao luxo de imitar imaginário do turista ideal; aquele que corresponde a prometida geração de emprego e renda, economicamente computável. Nasce e cresce como uma política de Atrativos Turísticos. Tudo a pensar, a fazer e a comemorar **se restringe à capacidade orgânica de dar sustentabilidade ao lugar fixado como receptivo**. O que significa dizer, em

² Período correspondente a segunda metade da década de 1990, em que o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, consolidou uma articulação mínima entre o Programa de Desenvolvimento (Regional) do Turismo – PRODETUR, as ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT e o diálogo com as iniciativas dos governos estaduais e grandes empreendimentos do setor privado. Culminando em 2003, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva, com formação do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização – Roteiro do Brasil.

outras palavras: se tal lugar não tem atrativos fixáveis (planejados e competitivos), para que pensar em política de turismo que o inclua?

A primeira e mais imediata resposta corresponde à dinâmica do turismo como fenômeno e movimento geográfico. Se não houver atrativos, “nós” – os *turistificadores* contemporâneos – o criamos. Por exemplo. Se em Tocantins não há turismo (década de 1980), cria-se uma cidade planejada, Palmas, cria-se um deserto novo, Jalapão, cria-se novos roteiros para visitar a maior ilha fluvial do mundo, Bananal. Mato Grosso do Sul, Amazonas, Paraná, Sergipe e todos os demais estados do Brasil, super-expostos nas feiras do setor, consolidam essa “essa indústria imagética dos lugares”. A pergunta agora se torna paradoxal. Produzir imagem geográfica de um atrativo, não seria mais democrático do que produzir o próprio atrativo enquanto recurso? Sim e Não. Vejamos como o “pré-desenvolvimento” turístico do estado do Ceará nos ajuda a resolver essa indagação, encaminhando a segunda resposta para a questão anterior.

Na imagem turística do estado imperam as paisagens litorâneas, de praias pouco ocupadas, dominadas pelo sol, vento e romantismo. A cooperação contrastante concentra-se na capital, Fortaleza, produzida com como cidade festeira e polarizadora dos equipamentos e serviços que dão acesso as áreas litorâneas. Esta regionalizada pelas Costas Leste e Oeste e segmentada em 21 territórios municipais. Subtraindo-os dos 184 que compõe o estado, questiona-se: qual política estadual de turismo para 163 municípios cearenses? Resposta: Desenvolver uma retórica de que nas Serras Semi-úmidas e nos sertões semi-áridos os atrativos não possuem vocação turística. Afinal, “*o que é que o turista (o idealizado) vai fazer nesses lugares tão tórridos?*”. Na perspectiva dos territórios periféricos – a grande maioria dos estados brasileiros – o planejamento possível do turismo é a compensação por sua fragilidade na divisão territorial do trabalho. Estados e localidades pobres devem apenas *turistificar* suas riquezas geográficas de menor valor agregado. Assim podem competir no preço e na selvageria das mentalidades mercantis, afirmando a expansão do setor e mobilizando a sociedade para as ilusões de sua gestão.

A reivindicação central do *trade* turístico no estado, nunca foi a interiorização do Turismo. Muito ao contrário, a aposta é no adensamento litorâneo do setor. Vide a pauta pela construção de um novo (e mais espaçoso) Centro de Convenções, Feiras e Eventos, junto ao governo Cid Gomes (2007-2010) me Fortaleza. Enquanto isso para evidenciar onde e como as cartas do Turismo são jogadas em escalas (nacional e global). Apenas

para chocar os desequilíbrios, a cidade de São Paulo divulga em janeiro de 2008³ a marca de 90.000 eventos ano (2007/2008), o que equivaleria a uma média de um evento a cada seis minutos! Um fluxo turístico incomparável e ao mesmo tempo sincrônico com o cosmopolitismo da cidade e do estado de São Paulo. Algo que se repete, há muita distância, em outros territórios nacionais; mas cria condições para a segunda resposta ao problema da fixação de atrativos, e, por conseguinte, aos limites da interiorização.

A sustentabilidade do Turismo está diretamente associada à formação de uma rede urbana, aceleradamente fluida e densamente diversificada, tanto em ofertas quanto em demandas. Fluência e demandas? Mas isso não é estranho ao planejamento turístico? Sim é verdade; é tão estranho quanto dizer que todo *investimento* é *gasto* também. E só pode gastar, investindo, quem tiver “sobra”, isto é, reservas. O que pode ser traduzido na seguinte fórmula: quanto mais se oferece o atrativo regional de um lugar periférico à turistificação desigual, mais se interioriza o turismo (enquanto fluência e demanda, portanto como investimento seguro) nos territórios desenvolvidos. Em outras palavras, a não “interiorização” do turismo cearense corresponde a sustentável interiorização do turismo paulista. Racionalidade semelhante deve ser considerada em escala internacional mediante a idéia de que o turismo – por fluidez e demanda – é muito mais interiorizado na Alemanha e Japão (países predominantemente emissores de turistas) do que no Brasil. Para não apelar ao exemplo norte-americano, com seu balanço financeiro do turismo sempre negativo (mais saídas que chegadas); e um desenvolvimento turístico incomparavelmente maior que qualquer outro país, frente aos rendimentos direto e indireto do setor.

Portanto, é a capacidade permanente de criar e re-criar atrativos, aliada a geração efetiva de demandas e fluxos (internos especialmente), que constituem a base da interiorização do Turismo em uma macro-região, estadual ou interestadual.

Em termos metropolitanos, no entorno de Fortaleza, tem-se de um lado a impressão de que para o Turismo, a geografia da metrópole ainda não foi inventada. Os planos turísticos municipais são exclusivamente internos ao receptivo municipal /local. Não dialogam com a vizinhança, dificultando as ações intersetoriais descentralizadas (WETSPHAL; ZIGLIO, 1999). Por outro lado, o “interior” periférico dos bairros e municípios sem litoral se reproduz de maneira completamente alheia à articulação turística. Tanto que alguns autores críticos do setor vão exagerar, afirmando que ali sim

³ A divulgação foi feita em reportagem do telejornal Globonews, veiculada em 19/01/2008, enfatizando as feiras e eventos que culminam, no mês de Janeiro, com a São Paulo Fashion Week.

se encontram o Ceará e a Fortaleza real. Nesta área pode-se ainda alegar que a confluência de interesses, na conurbação metropolitana, distancia naturalmente qualquer capacidade de atração turística.

Outro “drama” aparentemente insolúvel, em escala estadual, é constatar a não interiorização do Turismo no próprio território desses municípios litorâneos cearenses. Neste caso sem quais quer conurbação. Os investimentos em infra-estrutura turística em localidades como Aracati, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, entre outros, com suas respectivas cidades-sede distanciadas da faixa litorânea imediata, simplesmente desaparecem; não se distribuem em condições de alterar, significativamente, o posicionamento da localidade no ranking do IDH estadual. Jijoca de Jericoacoara–CE, localidade de maior expressão no marketing regional para o turismo de lazer, sol e praia, continua vivendo uma realidade dependente, economicamente frágil e ambientalmente desprotegida. Apesar da grande Área de Proteção Ambiental e do Parque Nacional, a lagoa de Jijoca, por exemplo, entrou em extinção, estando reduzida a 20 % de sua capacidade no decorrer de uma década.

No sertão central do estado e vale do rio Jaguaribe, inúmeros açudes passam por processo inverso; mas continuam fora dos roteiros turísticos, sem qualquer planejamento regional e ambiental neste sentido. Em localidades assim, ignoradas pelo planejamento e gestão, é que se pode constatar a alegada “invasão” do turismo. Nesse território imensamente marcado pelo predomínio de espaços considerados não-turísticos está o alvo de nossa reflexão para a política de interiorização. Pois é dele que emerge o imaginário turístico propulsor (GASTAL, 2003). Entretanto, para traçá-la (como se verá a seguir) é fundamental re-pactuar a geografia da federação, tanto em escala nacional na forma de articulação da rede de municípios.

A discussão sobre o turismo com base local (e sem meta global).

Não existe “autonomia” de uma localidade na contemporaneidade. O período *técnico-científico-informacional*, conforme Santos (1996) transforma definitivamente o isolamento e a identidade local em uma retórica vazia. Há no sentido inverso, um adensamento do significado regional e mundial de cada lugar, permitindo a sustentação dos processos globais na escala do cotidiano. E isso vem sendo trabalhado pelos estudiosos de um turismo mais sustentável, apenas parcialmente.

A partir de 1997 com desencadeamento do 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local – ENTBL (São Paulo - Departamento de Geografia/USP – 01 a 04 de

maio), as discussões a respeito desse papel ou princípio “local” do fazer turístico ganharam consistência. Três livros organizados pela professora Adyr Rodrigues⁴ reuniram 46 artigos de autores que, pelos mais diferentes caminhos concordavam com a defesa de uma reflexão “alternativa” sobre o fenômeno. E, conseqüentemente, apostavam na possibilidade de um “fazer turístico” a partir de: a) localidades subalternas; b) áreas com rico patrimônio (natural e cultural); c) interesses comunitários; d) planejamentos participativos; e) estratégias econômicas e ambientais sustentáveis; f) propostas correlacionadas a atividades de inclusão social. Nesses termos, pode-se considerar representativa a oposição entre o Turismo de desenvolvimento sustentável (TDS) e o um Turismo com base local (TBL). Enquanto o TDS incorpora as grandes metas empresariais e governamentais de modernização do capitalismo neoliberal hegemônico, o TBL faz transparecer as contradições dessas metas apontando exemplos (experimentos e vivências) de processos turísticos capazes de percorrer outros caminhos. A grande questão sobre esses *outros caminhos* do TBL é saber se tratam de caminhos de convívio (reformistas) de confronto (revolucionários) ou de fuga (cooptáveis no tempo).

Se considerarmos a leveza das muitas interpretações que se sucederam, nos encontros seguintes até o ano de 2007, em João Pessoa-PB, teremos uma pista para a razão do predomínio do último tipo de caminho. O principal artigo de Rodrigues naquele mesmo Encontro inicial dava o mote para tal desvio, bem como o mecanismo para escapar dele.

Deter-se no *lugar* significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que se confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares. Não se deve pensar que a transferência de tecnologia dos países centrais não tenha aspectos positivos, mas para a sua adoção há que se exercer vigilância e seletividade. (Rodrigues, 1997, p.58)

Se a leitura é feita em termos mecânicos e diretos, qualquer interprete vai afirmar que a autora valoriza explicita a força do lugar (subalterno) e a sabedoria que ele produz. Isso em contraposição a tendência alienante de importar soluções externas. Até porque, no mesmo texto, toda reflexão da professora parte da existência de uma megacrise do capitalismo que subordina o turismo a hegemonia da exclusão. E nesse quadro, as oportunidades só afloram na “escala humana” do espaço local.

⁴ São eles: Turismo, Modernidade e Globalização, Turismo e Desenvolvimento Local e Turismo e Ambiente, Reflexões e Propostas. Todos publicados pela Editora Hucitec em 1997.

Pois bem, isso constitui um patamar afirmativo da importância das localidades. Mas o alerta, frente às práticas hegemônicas turismo, pode também servir as práticas também “hegemônicas” do pensamento crítico-alternativo. Ao reler a expressão *deter-se no lugar* como auto-crítica dos estudos de TBL, conferimos a possibilidades de uma interpretação indireta para o mesmo processo. Desta feita *aprisionando* a tendência de se pensar o lugar – e seu turismo, no desenvolvimento alternativo - *tão somente* em função de sua base. O pensamento sobre o turismo, em sua base local, precisa buscar seu teto supra-local (regional, nacional, continental, global). Do contrário, será convertido em um pensamento fugaz (do caminho das fugas); com base e sem meta! Um pensamento apenas *detido* no lugar. Envolvido, no caso pelo pressuposto da **singularidade**; quando de forma sábia a autora nos lembrou a vantagem da busca de **similaridades**, de forma **vigilante** e **seletiva**.

Eis, portanto a estratégia para fazer avançar as metas dos estudos de TBL: lançar a investigação na busca de similaridades constituintes de identificação entre os lugares. O que significa dizer: no TBL é importante apontar as diferenças e as diferenciações, é a base; mas é fundamental, na seqüência demonstrar as semelhanças e identificações, para que se construa a meta da articulação. Simplesmente por que o articulador mor, com ou sem mega crise, continua sendo o Sr. Capital!

Aqui podemos retornar ao centro de nossa discussão a respeito da questão federativa. É oportuno lembrar que a idéia de “ordenação territorial” debatida por autores como Sarah Bacal e Sonia Miranda, Mario Beni, Marco Aurélio Silveira, Luiz Lima e Rita Cruz, nesses 10 anos de sucessivos Encontro de Nacionais de Turismo com Base Local (10 edições do ENTBLs, já realizadas), não acrescentou qualquer menção às questões do desajuste da federação. Nem mesmo em escala interestadual. Fato este que sugere a incômoda limitação na leitura política do Turismo. Inclusive quando se centraliza o debate do fenômeno no âmbito das políticas públicas⁵. Admitindo o efeito econômico e social positivo do incremento turístico, mas interessado em afastá-lo da idéia de “vetor de desenvolvimento”, Marco Aurélio Silveira faz outro alerta, na contribuição que trouxe para o V ENTBL, de 2002 em Brasília. Diz ele que:

... o incremento do turismo por si só não é capaz de superar as iniquidades dos modelos de desenvolvimento econômico que provocam o aprofundamento das desigualdades entre as regiões, ou que privilegiam

⁵ Ver SOUZA, Maria José (org.). *Políticas Públicas e o lugar do Turismo*. Brasília: UnB - Departamento de Geografia; Ministério o Meio Ambiente, 2002. (VOL.1). Livro que resultou das discussões da 5ª versão do ENTBL ocorrida no Distrito Federal, em 2002.

sobretudo uma minoria da população que habita determinada região (SILVEIRA, 2002, p.44)

Seu trabalho já aponta que a destinação dos programas governamentais dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) era instalar as bases de uma regionalização do turismo em todo território nacional, dentro de uma “nova modelagem” da gestão do setor. O que de certa maneira ganhou corpo, nos atuais governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008...), configurando a oferta turística regional como **a composição de múltiplos produtos que não alteram a subordinação ao processo**. Que processo? O processo globalizante de ampliação das desigualdades. Aquele que mantém a gestão de localidades sem base local nem meta nacional.

Contudo, esse passo, esse raciocínio de explicitar a desvinculação da política de turismo frente a não política federativa, não é feito pelos investigadores do turismo de base local. O que não nos impede de aproveitar o alerta definido pelo autor como *panacéia do desenvolvimento turístico* para lembrar permanência de um conjunto de desafios que uma geografia do turismo precisa enfrentar. Principalmente quando trás, em seu bojo, a valorização das estratégias de diversificação da oferta de recursos para o incremento do turismo interno. Como, por exemplo, considerar a condição de turista do cidadão brasileiro, cujo relativo desconhecimento da localidade visitada, não lhe diminui o direito de pertencimento aquele espaço público. Ainda mais em um país de migrações intensas e tão recentes, que comunidades locais ou regionais, já não é formada de um contingente expressivo de híbridos moradores-turistas?

2º Pilar da Interiorização: a *hibridação cultural* como tendência

Uma formação cultural sustentável para qualquer comunidade étnica pode ser expressa a partir de uma série de valores capazes de diferenciá-la das demais. Entretanto, a expressão que define “diferenciais” apenas constitui um fator essencial quando caímos no determinismo das simplicidades aparentes. Aquelas que nos fazem acreditar que as “coisas verdadeiras” são as mais simples e puras. Já as coisas ilusórias e falsas, ao contrário, seriam as responsáveis pela complexidade e tumultuariam a sabedoria. Eis o jogo invertido que condena o olhar analítico à mediocridade.

Vejamos, por exemplo, o que significa a reificação permanente das afirmações estereotipadas de que o *sertanejo é antes de tudo um forte*, ou de que o *índio vive mais próximo da natureza do que o branco*. A metonímia da força e da proximidade, radicalizada a estes extremos, não esconde o preconceito contra uma série de

comunidades e localidades, bastante espoliadas no cotidiano habitual; mas tratadas, no discurso turístico, por abordagens compensatórias. Sertanejos e indígenas, como integrantes de paisagens periféricas (SERPA, 2003). Nesse esquema discursivo compensatório o alvo do convencimento é claro e simplificador: falar em nome do povo significa agir em seu lugar. Afinal, tudo que é moderno e validado, na contemporaneidade, estrutura-se a partir das representações e mediações. O povo de hoje, é o deus ou as divindades de ontem. O discurso hegemônico é aquele que tem legitimidade para falar *em nome de Deus, em nome do Povo, em nome do Desenvolvimento Sustentável*. Resta-nos a indagação sobre a possibilidade de outros discursos e outros poderes. Onde e como se localizariam?

A primeira tendência de resposta – historicamente experimentada pelas inúmeras tentativas (e sucessos) de ruptura – continua ligada à construção de uma alteridade puritana. A experiência de um processo alternativo, geralmente local, majoritariamente subalterno e associado à emergência de grupos marginalizados da sociedade. No turismo, quando se trabalha com essa tendência, encontra-se uma modelagem de ações à semelhança do Projeto Ecoturístico (PELLEGRINI Fº, 2000). Como expressá-lo?

Vejamos a ocupação predatória que vai avançando nas praias, mangues e formações lacustres de nosso litoral nordestino. Se, em um primeiro momento, há uma pré-disposição em condenar o turismo e os interesses “estrangeiros”, responsabilizando-os pelos desarranjos na produção da cultura local, noutro momento abre-se um campo “mais sustentável” para o planejamento das vias alternativas. Podem-se forjar espaços de turismo solidário (constituído para gerar ações de apoio assistencial dos turistas); de turismo comunitário (centrado na oferta de bens mantenedores das tradições locais) e de turismo social (aberto a inclusão de faixas econômicas inferiores ou atrativos mais periféricos nos roteiros estabelecidos). Contudo, não se pode negar, nem muito menos enfrentar a “indústria turística” já estabelecida, posto ser a responsável pela consolidação dos rendimentos, investimentos e atenções políticas governamentais. A multiplicação de modelos e espaços alternativos para um “outro” turismo é prova dialética da sustentabilidade tão perversa quanto real do turismo hegemônico.

Daí nossa ocupação maior em evitar opções extremistas *por os caminhos alternativos*, para antecipar soluções à prática turística hegemônica. Afinal, a história crítica das experiências sociais do século XX pode ser traduzida como *uma história de cooptações*. As alternativas que não foram cooptadas pelo sistema capitalista, ou se extinguiram antes de se consolidar ou não eram alternativas de fato. As demais – táticas

de guerrilha, planejamento socialista, música pop, movimento punk, culinária regional, entre tantas – alimentaram a pujança do Dragão dos Mares. Viraram marca registrada de alguma coisa relativamente regular ou estabelecida.

O caminho, para usar as palavras Edmund Husserl (readaptadas ao fazer político), está na *volta às coisas mesmas*. Como criadores de técnicas – de maravilhas mecânicas amiúde convertidas em *frankstein* eletrônico – precisamos aceitar o desafio de reeducá-las. Reeducá-las, entretanto, nas entranhas do Dragão dos Mares, na condição de dragões; ou seja, assumindo coletivamente que somos a “coisa” que denominamos *capitalismo* e devoramos as “outras” coisas que inventamos para disfarçar nossa voracidade. O caminho da “voltas às coisas mesmas” é um exercício invertido de imersão selvagem na sociedade estabelecida. Um descaminho.

Esta segunda tendência de resposta é o que explica o valor das práticas de hibridação (BURKE, 2003) como dinâmicas que alimentam o permanente exercício social de defender a existência de uma só humanidade, no infinito mar da diversidade.

Alvo de muitos estudos culturais, das mais diferentes matrizes disciplinares, a idéia de “hibridação” em sua origem conceitual na biologia; mais especificamente na genética. Hibridar é misturas genes de espécies diferentes. Autores como Nestor Garcia Canclini, Stuart Hall, Clifford Geertz, Homi Babha, Arnold Tonybee, entre tantos outros que se multiplicam nas disciplinas próximas ao turismo, preferem pensar a hibridação em suas conceituações assemelhadas. Misturas, sincretismos, intercâmbios, contatos, mudanças, imitação e apropriação, renovação; seja qual for a qualificação mais precisa, podemos considerar impensável o Turismo sem práticas híbridas.

O historiador inglês Peter Burke dedica um ensaio sobre esse processo, apontando uma idéia que nos parece seminal a respeito dessa tendência. Ao discutir as práticas como uma variedade das hibridações, ao lado dos artefatos, povos e experiências lingüísticas e conceituais, afirma:

Esse é o momento apropriado para introduzir uma idéia que irá voltar à baila nas páginas seguintes, a idéia de circularidade cultural. Alguns músicos do congo se inspiram em colegas de Cuba, e alguns músicos de Lagos em colegas Brasil. A África imita a África por intermédio da América, perfazendo um trajeto circular que, no entanto, não termina no mesmo local onde começou, já que cada imitação é também uma adaptação. (BURKE, 2003, p.32)

As páginas subseqüentes, referidas pelo autor, abrem um enorme leque de possibilidades para as variedades de terminologias, situações e reações, densamente

ilustrativas de um jogo paradoxal. Quanto mais humanos, nos tornamos, mais inseridos no corpo do *Dragão da riqueza* (o capitalismo), reconhecemos nosso ser. Eis a caótica mensagem da hibridação, apontada pelo êxito global da experiência turística e debatida em seus processos colaterais. Burke aponta entre as concepções de hibridismo, com sua amplitude cognitiva, o conceito de *crioulização*. Segundo ele mais consistente para pensar a mistura de misturas e desviar a reflexão dos raciocínios puritanos. Vejamos esse exemplo, muitas vezes “confirmado” pelos guias de turismo para enquadrar a legitimidade das tradições afro-brasileiras.

Em outras palavras, todas as tradições culturais hoje estão em contato, mais ou menos direto com as tradições alternativas (...) o caso do Candomblé, interpretado em um ensaio brilhante por Roger Bastide como a construção simbólica do espaço africano, uma espécie de compensação psicológica para os afro-brasileiros pela perda de sua terra nativa. Apesar disso foi mostrado que as práticas do Candomblé se alteraram gradualmente com o tempo. Portanto, não se pode dizer que o Candomblé é “puro” enquanto que a Umbanda, por exemplo, é um híbrido. Podemos dizer que as tradições africanas são mais importantes no candomblé do que na Umbanda, mas todas as formas culturais são mais ou menos híbridas (Burker, 2003, p.102)

Para finalizar essa reflexão mais aberta o autor enumera 4 possíveis tendências para a hibridação como pauta de desenvolvimento humano: a *contraglobalização* (alternativa crítica formadora de experiências insulares), a *diglossia cultural* (combinação de culturas locais com as formas globais), a *homogeneização* (não distinção de uma origem cultural) e o surgimento de novas sínteses, enfatizada por ele como a *crioulização* do mundo, pela capacidade de multiplicar circularidades de formas díspares, portanto, não convergentes, necessariamente.

Essa hibridação, portanto, sugere um desvio inovador na maneira de abordar os impactos turísticos. Sugere a ação determinante das culturas visitadas na capacidade veemente de “exportar” modelos reinvenção cultural. Permitiria, por exemplo, uma investigação sobre a *crioulização* do turismo de “sol e praia” como meio de ocupação efetiva da cultura sertaneja no litoral setentrional do nordeste brasileiro. Afinal, a chegada do turismo no litoral do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão é quase tão recente como a diversificação de formas de ocupação desse litoral Atlântico.

Da hibridação à constituição de vetores de desenvolvimento

Consideramos assim alguns vetores capazes de favorecer esse processo e, ao mesmo tempo eliminar a leitura “preconceituosa” que tornam as políticas brasileiras de turismo, principalmente na escala local, letra morta. Se o atual Plano Nacional de

Turismo (PNT 2007-2010) tivesse acrescentado, explicitamente, essas quatro linhas de articulação destinada a inclusão do processo educativo, poderíamos acionar o salto de qualidade na constituição da cultura turística.

O 1º vetor encontra-se na abertura radical dos equipamentos de hospedagem, lazer e alimentação para autocrítica estudantil. Sem esse olhar dos jovens escolarizados, com suas observações e críticas, dificilmente um empreendimento turístico vá se sustentar para além da reprodução de relações desiguais. O trade turístico costuma explicar o crescimento do setor como uma tendência mundial; mas não consegue avaliar as retrações e facilmente “condena” a ausência de incentivo (monetário) governamental. Entretanto, como injetar dinheiro sem pesquisa de mercado? E como pesquisar o mercado sem participação estudantil? Portanto, para a alteridentidade é *a construção explícita do olhar turístico do estudante*.

O 2º vetor está na acessibilidade da informação e dos transportes. E se trata de uma acessibilidade mais democrática e coletiva possível. Os meios técnicos de viagem física e informacional **não podem** fixar duas classes de usuários. E essa impossibilidade tem de ser vigiada por uma política intersetorial de Turismo. Vamos a dois exemplos: como é possível pensar uma cidade/localidade turística com infra-estrutura de Aeroporto e conexões de internet sem fio, se a “rodoviária” local ainda parece uma praça com amontoado de cargas, sem balcão de informações ou atendimentos, nem para explicar por que não há jornais semanários na localidade? Os mais espertos vão justificar que essas “dificuldades” favorecem a manutenção do “ar bucólico”, típico do morador daquela localidade. Os que compreenderam o papel do ecoturismo antecipar-se-ão, percebendo a estratégia preconceituosa de um planejamento turístico perverso, capaz justificar a miserabilidade local em nome do bucolismo. Nada justifica, constitucionalmente, ausência de estruturas comunicacionais. Se todo lugar do Brasil tem acesso à televisão e rádio, um planejamento turístico efetivo precisa garantir acesso a outros bens de sua própria irradiação. Transporte rodoviário e Jornais são apenas dois de muitos exemplos diretamente ligados ao processo escolar;

O 3º e último vetor direciona-se à co-participação de instituições comunitárias – igrejas, associações, cooperativas – na parceria diversificada com prefeituras que pudessem explorar a vivência turística dos estudantes, dentro e fora dos circuitos turísticos. Haveria um questionamento imediato, direcionado a ironizar essa co-participação: por que motivos, uma cooperativa agrícola, uma igreja pentecostal, uma associação de pesca ou de bairro promoveria receptivos turísticos integrados às escolas

públicas? Por que todos esses setores têm, com seus desafios e limitações, de constituir seus públicos consumidores, seus respectivos mercados. E estes mercados serão cada vez mais seletivos e mais profissionais, com características delineadas por exigências qualitativas do usuário turístico (conforto, efemeridade, diversificação, segurança).

Neste vetor é preciso considerar que uma prática de viagens e intercâmbios, não assumidamente turística, na maioria das vezes já se realiza. Entretanto, motivada pela necessidade de expansão da organização, reduzindo custos ou ignorando recomendações técnicas dos serviços de qualificação da mão de obra, as mencionadas instituições fomentam essa articulação de maneira indireta. O exemplo mais representativo vem da Igreja Católica e suas diversas organizações comunitárias. Afinal o próprio cristianismo como religião missionária, promotora de diásporas e conquistas intercontinentais, tanto motivo os primórdios do turismo e da hospedagem. Como entender a farta mobilização do turismo religioso hodierno desprezando esse vetor? Múltiplos *Caminhos de Santiago de Compostela* percorrem hoje o mundo cristão, provando a interface das instituições não turísticas na constituição de uma alteridentidade pertinente à política intersetorial.

Cabe-nos agora fortalecer o investimento teórico – como profissionais e pesquisadores – para permitir que os **vetores da visita técnica escolar, da acessibilidade informativa e do intercâmbio institucional**, subvertam as bandeiras isolacionistas daqueles que defendem uma Política de Turismo Cultural, como se o segmento, por si só, representasse o mapa do tesouro, pelo **vetor único** da qualificação técnica profissional.

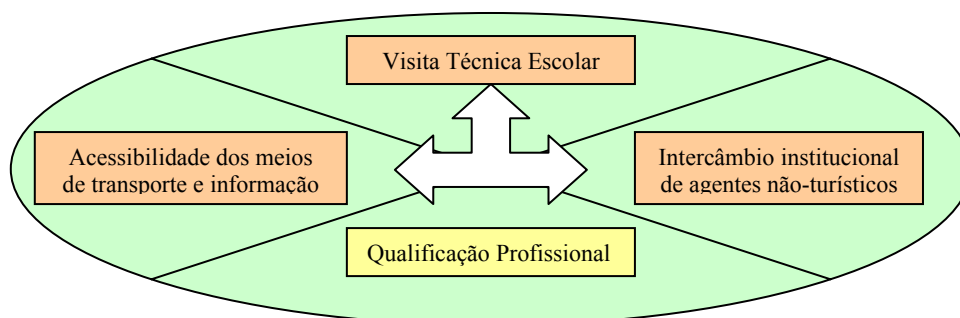


Figura 01 – Esquema representativo da visita técnica no processo escolar

A subversão representa um ato de rebeldia inteligente e propositiva. Uma proposta além do esperado. Neste caso uma proposta que afirma ser possível ao Turismo reeducar a cultura local, por legítimo processo de emancipação política.

Base Local e Híbridação: concluindo para abrir o estudo empírico.

O Estado do Ceará forma uma demarcação territorial católica própria, conjugando oito regiões diocesanas e uma arquidiocese, formada no entorno da Região Metropolitana de Fortaleza (capital do estado). O quadro e o mapa das dioceses são aqui expostos para representar o universo regional de investigação que iniciamos e justificar a escolha da Diocese de Tianguá, como aquela que melhor representaria os avanços das estratégias trabalhadas.

Considerada em suas especificidades ambientais e históricas, a diocese de Tianguá, compõe-se de uma formação geomorfológica peculiar – marcada pelas paisagens da Chapada da Ibiapaba (ou Serra Grande) – e por um recorte territorial fundiário ainda não resolvido (em seus limites ocidentais, a maior parte dos municípios encontra-se em litígio de fronteira interna com o estado do Piauí). Mais recentemente, a revisão da política nacional de Turismo, por intermédio do PRODETUR-NE, alçou a região a participar com o município de Viçosa do Ceará (o mais antigo e planejado turisticamente), na captação de recursos desse programa.

Paralelamente a isso, a ação pastoral de Dom Javier (bispo titular) e do Pe. Antônio Irineu (vigário diocesano) em cerca de quatro anos (2005-2009) promoveu a construção do maior Santuário à N. S. de Fátima no Nordeste brasileiro. Sua fácil aceitação pelas demais estruturas eclesiais (nacionais ou internacionais) acelerou um processo de identificação regional do Santuário com vista ao seu rápido e eficaz reconhecimento na condição de atrativo turístico da Serra Grande. Mesmo a existência de uma forte devoção a São Francisco e anterioridade de dois santuários populares locais (em Ubajara e Granja, municípios da região), não foi obstáculo para formulação de um desenho articulador entre a arquitetura contemporânea do templo e as marcas interioranas dessa chapada como expressão de um *oásis sertanejo*, no domínio dos semiáridos cearenses.

A territorialidade regional atualizada da diocese de Tianguá tem sido reconstruída pela perspectiva católica de implementar, nesta região um imaginário que resgata a base local da interiorização turística, ao mesmo tempo em que fixa processos híbridos de reverência sacro-profana, cuja a tradição dá-se por consenso carismático e convencimento midiático.

Regional Nordeste 1 (Dioceses)	Municípios	População	Implantação	Santuários		Bispo
				Oficial	Não oficial	
Crateús	13	375.645	28/11/1963	0	2	D. Jacinto F.B. Sobrinho
Crato	32	950.454	20/10/1914	1	6	D. Fernando Panico
Fortaleza	30	3.696.561	06/06/1854	5	2	D. Antonio Tosi Marques
Iguatu	19	524.935	28/01/1961	0	1	D. José Doth de Oliveira
Itapipoca	17	484.174	13/03/1971	0	2	D. Frei Roberto Cavuto
Limoeiro	21	513.488	07/05/1938	1	1	D. José Häring
Quixadá	10	294.103	13/03/1971	1	1	D. Adélio J. Tomasin
Sobral	29	707.945	10/11/1915	1	2	D. Antonio F. Saburido
Tianguá	13	429.258	13/03/1971	1	2	D. Fº Javier H. Arnedo
TOTAL	184	7.976.563 ⁶	30/09/1964 ⁷	29		D. Antonio Tosi Marques

Figura 02 – Dados da Regional Nordeste 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – disponível em [HTTP://www.cnbbne1.org.br](http://www.cnbbne1.org.br) acessado em 14 de fevereiro de 2009.

A representação paisagística do Santuário da Serra Grande é de que a estratégia diocesana condensou numa só obra – monumental e simples, ao mesmo tempo – os anseios simbólicos de uma comunidade regional. Ultrapassou, na leitura das representações culturais da modernidade, o que poderes públicos e privados não foram capazes de liderar. Por isso mesmo, afirmamos nesse trabalho, em caráter preliminar (mas nem por isso menos embasado), que o processo de formação de um imaginário regional contemporâneo, compatível com as grandes metas de desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pela administração eclesial-pastoral de ambos os pilares de interiorização:

a) das bases locais (leia-se, *comunitárias*), como no exemplo de São Benedito – município de forte comércio e destaque agrícola na produção de flores, cana e frutas – promovido a cidade-santuário, em um rápido processo de centralização compartilhada das representações simbólicas religiosas. (Figuras 02 e 03);

b) das hibridações culturais (leia-se *turístico educativas*) atendendo a uma público devocional cada vez mais predisposto em vivenciar sua fé e aprendizagem em redes interativas. O que permite projetos arrojados de construção das tradições na Pós-modernidade (Figura 04)

⁶ Informações demográficas extraídas das estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2004. Atualmente, o mesmo instituto estima em 200 habitantes a mais a população cearense.

⁷ Data de implantação da Regional Nordeste 1 (nesta época ainda incluindo as Dioceses dos Estados de Piauí e Maranhão)

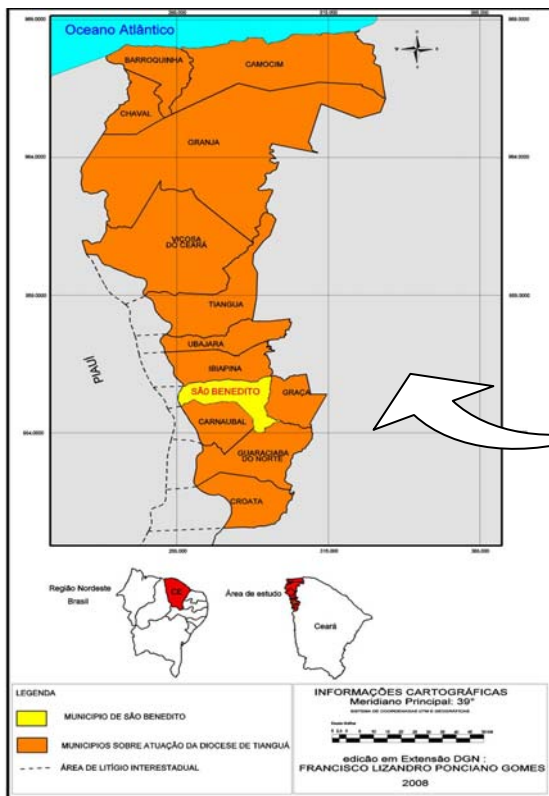


Figura 02 – Mapa da diocese de Tianguá destacando a localização do Município de São Benedito (local do Santuário de Fátima da Serra Grande)

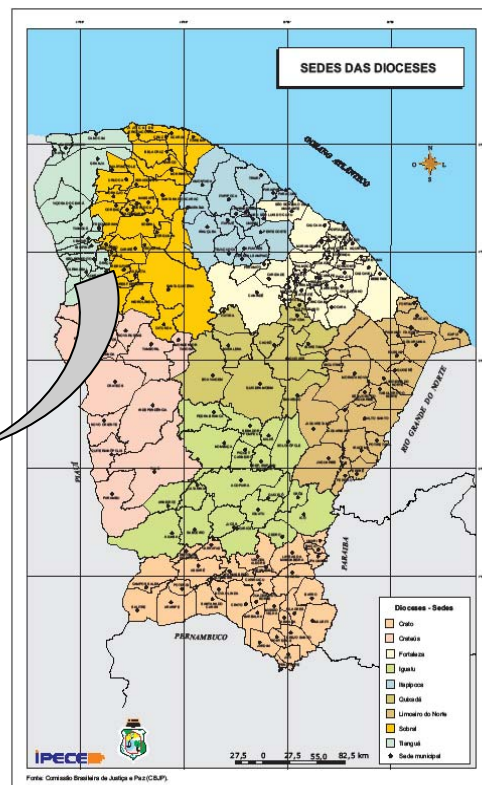


Figura 03 – Demais Dioceses do Ceará



Figura 04 – Imagens da Diocese de Tianguá e do Projeto em construção do Santuário de Fátima da Serra Grande – Fotos de José Arilson Xavier de Souza (2008).

Em suma, pretendemos, diante dos dois pilares estratégicos, ampliar a investigação no âmbito das demais dioceses. Retomando, com especial atenção, as complexas e diversificadas manifestações devocionais na Arquidiocese de Fortaleza e criando

mecanismo para pensar uma predominância bastante significativa para a eficácia desse processo de reconstrução imagética: Por que tais estratégias são mais competentes (urbanística e simbolicamente, falando) quando os santuários desenvolvidos são devotados a Nossa Senhora. Eis a pista para a construção um 3º pilar de interiorização do turismo, pelo viés sacro-profano: a expansão interativa do catolicismo mariano. Mas isso é instrumental para outra investigação, e bem mais ampla.

Bibliografia

- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Macro Programas. Disponível em <http://www.turismo.gov.br> Acessado em 28 de julho de 2008.
- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Injuí-RS. Editora Unisinos. 2003.
- CAMPBELL, Joseph. *Mitos de Luz: Metáforas orientais do Eterno*. São Paulo: Madras, 2006.
- CATAIA, M. A. *Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território Brasileiro*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas-SP. Ed. Papirus. 2005.
- CORREA, R.L. *Formas Simbólicas e Espaço: Algumas considerações*. In Revista Aurora Geography Journal. Number 1, 2007. p 11- 18.
- DEBRAY, Régis. *Deus, um itinerário: material para uma história do Eterno no ocidente*. São Paulo: companhia das Letras, 2004
- GASTAL, S. Turismo na Pós-Modernidade: Agregando Imaginários. In GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A. C. (Orgs.) *Turismo na Pós-Modernidade (des) inquietações*. Porto Alegre. Edipucrs. 2003. p. 51-60.
- MARTIN, A. R. *As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo Universidade de São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Christian D. M. de Educação Geográfica, Patrimônio e Turismo. Em busca de Novos Santuários. In Revista Aurora geography journal. Nº 1, ano 1, dec 07, p.61-81. Universidade do Minho, 2007.
- PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- PRUDENTE, Henrique A. *Turismo Cultural: As culturas subalternas e o turismo emancipador em Cunha*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005
- RODRIGUES, A. A. B. *Turismo e Desenvolvimento Local*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003.
- SERPA, A. Paisagens periféricas e turismo. In YAZIGI, E. *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Ed Contexto, 2003.
- SILVEIRA, Marcos A. T. As Políticas Públicas e a Nova Configuração Territorial do Turismo no Brasil. In: V Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2001, Brasília. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo. Brasília: Universidade de Brasília/Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 1. p. 39-52.
- WESTPHAL, M. F.; ZIGLIO, E. Políticas Públicas e Investimento: a intersetorialidade. In FUND. PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. *O município no Séc. XXI: Cenários e Perspectivas*. São Paulo: CEPAM, 1999. p. 111-121